

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL**

FLAVIA CAROLINE DE OLIVEIRA

**A OUTRA FACE DO EMPREENDEDORISMO NO CONTEXTO
CAPITALISTA**

**MATINHOS
2013**

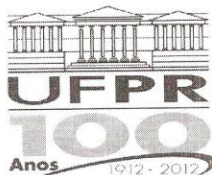
FLAVIA CAROLINE DE OLIVEIRA

**A OUTRA FACE DO EMPREENDEDORISMO NO CONTEXTO
CAPITALISTA**

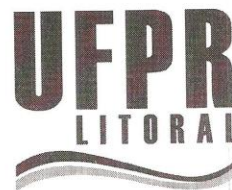
Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Especialização
em Questão Social pela Perspectiva
Interdisciplinar, Setor Litoral, Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora: Profª Msc. Silvana Marta Tumelero

MATINHOS
2013



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
UFPR Litoral
Curso de Especialização em Questão Social
pela Perspectiva Interdisciplinar



PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Mestre **SILVANA MARTA TUMELERO**, realizaram em **07/12/2013** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **FLÁVIA CAROLINE DE OLIVEIRA**, sob o título "**A OUTRA FACE DO EMPREENDEDORISMO NO CONTEXTO CAPITALISTA**", para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito "**APL**".

Matinhos, 07 de dezembro de 2013.

Profª. MSc. Silvana Marta Tumelero

Profª. MSc. Antonio Sandro Schuartz

FLÁVIA CAROLINE DE OLIVEIRA
Estudante

Conceitos de aprovação

APL = Aprendizagem Plena

AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação

APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente

AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



A outra face do empreendedorismo no contexto capitalista

Flávia Caroline de Oliveira¹

Silvana Marta Tumelero²

RESUMO

Este artigo objetiva analisar o empreendedorismo como uma estratégia do capital em favor da desresponsabilização do Estado, tendo como um dos elementos determinantes, a precarização das relações de trabalho. Para isto, contextualizamos o mundo do trabalho contemporâneo buscando entender alterações instituídas na legislação trabalhista e social que impactam na condição do trabalhador formal assalariado e no crescimento do trabalho informal. Para tanto, o presente texto baseou-se em análise de artigos que abordam o tema do trabalho e suas interfaces no campo dos direitos sociais e a ênfase estabelecida em políticas sociais públicas ao empreendedorismo social, como alternativa à informalidade, com objetivo de evidenciar a falácia do discurso empreendedor para o enfrentamento da questão social.

PALAVRAS CHAVE: Trabalho, Políticas Públicas, Empreendedorismo Social.

ABSTRACT

This article analyzes entrepreneurship as a strategy of capital in favor of the disengagement of the State, having as one of the determining factors, the precariousness of labor relations. For this, we contextualize contemporary labor relations, understand changes imposed on labor and social legislation in Brazil, that impact in the condition of formal worker and the in growth of informal work. The present paper was based on analysis of articles that address the topic of work and its interfaces in the field of social rights. Analyzes the emphasis a public social politics in the social entrepreneurship as an alternative to informal market, aiming to demonstrate the fallacy of discourse achiever for confronting the social issue.

Introdução

¹ - Bacharel em Serviço Social, (UFPR - Setor Litoral). Acadêmica do Curso de Especialização "A Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar". Assistente Social da Prefeitura Municipal de Matinhos, com atuação no CRAS - Unidade Albatroz. E-mail: flaviac.oliveira@hotmail.com.

² - Orientadora. Professora Assistente da Universidade Federal do Paraná – UFPR / Setor Litoral. Graduada em Serviço Social (PUC/PR); Especialista em Filosofia – Pensamento Contemporâneo (PUC/PR); Políticas Sociais e Família (Unoesc/Chapecó); Mestre em Ciências Sociais (PUC/RS).

A proposta deste trabalho é dar início à algumas análises pertinentes ao mundo do trabalho. Neste artigo abordaremos a questão do empreendedorismo social e a percepção de autores que consideram este fenômeno como uma estratégia do capital em favor da desresponsabilização do Estado frente às demandas pelo emprego formal.

Tal proposta foi motivada por reflexões feitas a partir dos atendimentos no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, quando se observa expressivo contingente de trabalhadores em idade produtiva fora do mercado formal, em situação de desemprego ou na condição de autônomos, geralmente exercendo trabalhos como vendedores ambulantes no período de veraneio, dadas as características do município de Matinhos, cidade litorânea, com a presença forte do turismo, o que favorece os trabalhos temporários e autônomos ou informais.

Considera-se esta pesquisa, de caráter teórico, como um ponto de partida para uma pesquisa de maior abrangência, que contemple as questões de emprego e políticas públicas em Matinhos.

As mutações no Mundo do Trabalho

Com a intensificação da industrialização brasileira no período da ditadura militar e subsequente crise nos anos 70, o cenário político e econômico se redesenham, direcionando o país à adoção do neoliberalismo como referência na organização política, econômica e social.

Como consequência da vinculação do país a uma economia mundializada, Inicia-se no Brasil, de modo ainda limitado e restrito a alguns setores da indústria (calçadista, têxtil, automobilística...), o processo de reestruturação produtiva, substituindo a produção em série e em massa do modelo fordista para a acumulação flexível.

A partir da década de 80, ocorre um fenômeno novo nos paradigmas da organização produtiva, qual seja, a transição do fordismo para o toyotismo, um novo regime de acumulação, baseado na filosofia *just in time*, que consiste basicamente em produzir o estritamente necessário no tempo necessário, evitando estoques de

mercadorias e concebendo os produtos de modo personalizado, não mais mercadorias de massa, iguais, produzidas em série. Um sistema que objetivou a racionalização da produção e que também reorganizou o sindicalismo – combativo e resistente – convertendo-o em um sindicato interno ou de empresa.

O “modelo” japonês, referência do período recente, teve suas bases determinantes após a 2ª Guerra Mundial, quando, sob o primado comercial, reorganizou a produção de acordo com a demanda, aproveitando ao máximo o tempo de produção, a fim de evitar o desperdício, intensificando assim o trabalho e criando um trabalhador polivalente e multifuncional.

Para Harvey (apud TUMOLO, 1997, p.342),

[...] a acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados).

A partir da década de 1990, com a exponenciação da reestruturação produtiva do capital, tornou-se frequente a negação do trabalho assalariado em nosso país, acarretando uma série de mudanças no mundo do trabalho, a desregulamentação caracterizada pela precarização das condições de trabalho, trabalhadores temporários, sem vínculo empregatício e sem registro formal.

Ricardo Antunes (2012, p. 47) enfatiza que

[...] no estágio atual do capitalismo brasileiro, enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho, implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo com o fordismo, que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços.

Como efeito da reestruturação produtiva, temos um expressivo contingente de trabalhadores à margem do processo formal de trabalho. A mão de obra informal

se evidencia como tendência do mercado de trabalho brasileiro, reificando as relações sociais.

Trabalhadores na resistência: os informais, os autônomos e os “empreendedores”

Vivenciamos na sociedade atual a explosão da informalidade, reflexo do abalo da sociedade salarial. Como consequência do desemprego estrutural, a mão de obra sobrando que compõe o exército de reserva precisa buscar alternativas de sobrevivência. Estas alternativas se dão em situações muito adversas, na condição de autônomos, prestadores de serviços, integrantes de organizações do terceiro setor e trabalhadores em domicílio.

As atividades informais são marcadas pela indefinição de locais de trabalho, bem como pela pluralidade de funções exercidas com conhecimento limitado, e, por isso, destituídas de *status* tendo em vista suas características essencialmente manuais. Essas características colocam o trabalhador na condição daquele que ilusoriamente “sabe de tudo um pouco”, para que possa exercer várias atividades, geralmente caracterizadas como “bicos”, e que, na ausência de demanda para uma, tenha a possibilidade de exercer outra.

Esses fatores constituem o universo de precariedade e subemprego ao qual a classe-que-vive-do-trabalho está submetida. Para Pochmann (2006, p.25),

[...] a distinção entre assalariamento formal e informal constitui a mais simples identificação da desregulação, assim como a ampla presença de baixos salários e de grande quantidade de trabalhadores autônomos (não-assalariados) conformaram o padrão de sociedade salarial incompleto, com traços marcantes de subdesenvolvimento do mercado de trabalho no Brasil.

Este quadro de degradação, permeado por fetichizações e reificações, é mais perverso nos estratos mais penalizados pela precarização e/ou exclusão do trabalho. Impõe ao trabalhador se submeter a condições humilhantes de trabalho, defasado em remuneração, com jornadas extensas, exercido em ambientes insalubres e sem proteção social, ferindo todos os direitos historicamente conquistados a partir de muitas lutas. Não podemos esquecer que todo trabalhador

empregado está suscetível ao desemprego, e que há um imenso exército de reserva usado para pressionar a submissão dos trabalhadores empregados. É neste sentido que Tavares (2004, p. 65), complementa a análise, afirmando que:

[...] essas formas de trabalho precário só não são tão graves quanto a completa ausência de trabalho, isto é, o desemprego, mas, de certa forma, os trabalhadores submetidos às relações impostas pela acumulação flexível passam a viver apenas para o trabalho. Com isso toda a família é atingida, seja pela redução da renda e/ou pelos desencontros que as imprecisões nos tempos de trabalho provocam. Por isso, na mesma proporção em que os avanços tecnológicos vão se disseminando e o aparato de proteção ao trabalho vai se reduzindo, o desalento e o medo atingem também trabalhadores ocupados, especialmente aqueles das camadas mais baixas da população, porque cada trabalhador é potencialmente um desempregado.

Esse perfil do trabalhador informal não apresenta consonância com o “trabalho decente”, definido pela OIT como “um trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e que seja capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem do seu trabalho (ABRAMO apud LEONE, 2010, p.8)”.

[...] em outras palavras, essa noção de trabalho decente além de abranger as múltiplas necessidades pessoais e familiares (alimentação, educação, habitação, saúde, segurança etc.), contempla também a proteção social nos casos de desemprego e doença e assegura uma renda na época da aposentadoria (LEONE, 2010, p.8).

Apesar do aparato legislativo de proteção ao emprego, “ficção jurídica”, nas palavras de Carleial (2008), como a própria Constituição Federal e a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, verificamos que as condições degradantes a que muitos trabalhadores estão submetidos decorrem da falta de compromisso dos governantes em se fazer cumprir a legislação, dado que não há direção política comprometida com a classe trabalhadora, mas sim com a dominação do capital sobre as relações sociais. Essas condições fazem menção a ofensiva do capital à estrutura da seguridade, através da flexibilização do trabalho, e tentativa de desmonte aos direitos trabalhistas, especialmente quando nas disputas legislativas, acabam vencendo os representantes do capital financeiro. No caso das horas-extras, que devem ser pagas aos trabalhadores com jornada superior à 8 horas diárias e 44 horas semanais, conforme definido pela CLT, estabeleceu-se, através da Lei 9.601

de 1998, uma nova medida que contribui com a flexibilização, que é o “banco de horas”³, pelo qual é estabelecido

[...] um sistema de compensação de horas-extras mais flexível, que possibilita à empresa adequar a jornada de trabalho dos empregados às suas necessidades de produção, mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho. Em momentos de grande atividade da empresa, a jornada de trabalho pode ser ampliada (a um máximo de duas horas extras por dia), durante um determinado período, sem que essas horas sejam remuneradas, mas sim compensadas posteriormente em momentos de retração da produção, através de folgas ou de redução da jornada diária, até a “quitação” das horas excedentes. (OIT, 2009, p. 15)

Assim, verificamos que na prática, a cobertura, ou proteção social aos trabalhadores, tanto pela legislação restrita, quanto pelos limites estabelecidos pelas políticas sociais, considerando o vasto contingente na informalidade, condição que os coloca à margem dos direitos trabalhistas. Neste sentido, Carleial (2008, p. 32) argumenta que:

[...] o que temos no momento é um trabalho urgente: o de reconstruir mecanismos redistributivos que contemplem o conjunto da população e não apenas o trabalhador ocupado e, menos ainda, apenas o trabalhador com carteira de trabalho assinada. Precisamos de mecanismos jurídicos que protejam o trabalhador informal, o trabalhador subcontratado ou o trabalhador por conta própria.

Sendo assim, apesar das políticas públicas de emprego e renda estabelecidas, estas se apresentam de forma paliativa frente à grande demanda, não apresentando resultados efetivos. De qualquer forma, “o desafio continua sendo o de como conferir estatuto jurídico e proteção a essas diferentes configurações que assumem o trabalho na atualidade brasileira (CARLEIAL, 2008, p.32)”.

As mudanças trabalhistas ocorridas no contexto da flexibilização foram decorrentes da necessidade do capital em reduzir os custos das contratações. Assim se estabeleceram contratos atípicos como os temporários, terceirizados, subcontratados, cooperativas de trabalho e, por fim, a economia solidária – o auto emprego.

É pertinente ainda ressaltar que a previdência social também se adaptou a essa nova conjuntura do mundo do trabalho, estimulando o cadastramento de

³ Além da Lei 9.601/ 98, ver Medida Provisória 1709/ 98.

trabalhadores informais, na condição de contribuintes facultativos⁴, visando a ampliação do processo de arrecadação e algum mínimo de proteção social para os casos de impossibilidades de trabalhar. A lógica instituída está mesmo na direção da responsabilização individual, à medida que "cabe ao trabalhador procurar um seguro social" - que lhe é viabilizado pela inscrição na previdência.

Trabalho, qualificação e Políticas Públicas

Considerando o delinear da precarização estrutural do trabalho, observamos uma realidade que distancia cada vez mais o trabalho de um processo educativo e emancipador. Marx considera o trabalho como ponto de partida para a humanização do ser social e, desta forma, exige um processo educacional que o prepare para exercê-lo. Assim, partilhamos da indagação de Ciavatta (2010, p.82): “[...] como pode o trabalho fazer parte da educação, ser princípio educativo, se o trabalho é fonte de sofrimento e de alienação?”.

Pois bem, sob a luz do materialismo histórico-dialético, é através do trabalho que se desenvolve o ser social e sua consciência, resultante da ação do homem sobre a natureza, porém, o capitalismo se apropriou do trabalho como forma de exploração humana.

Segundo Ciavatta (2010, p. 90), é neste ponto que duas lógicas se confrontam, pois

[...] há uma contradição entre a *lógica da produção capitalista* que tem base no lucro, na exploração do trabalho [...]. A *lógica da educação* tem a finalidade de formar o ser humano e deve pautar-se pela socialização do conhecimento, o diálogo, a discussão, o tempo médio e longo da aprendizagem, a humanização, a emancipação das amarras da opressão, o reconhecimento das necessidades do outro, o respeito à sua individualidade, a participação construtiva e a defesa dos direitos da cidadania.

Eis o maior desafio da educação profissional e dos programas sociais que aliam a proteção social à formação e inserção produtiva, como é o caso do

⁴ Ver Lei 8213/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. E, ainda, a Lei 8212/91, que dispõe sobre a organização da seguridade social.

Programa Bolsa Família. Como educar para a emancipação em um sistema opressor e alienante?

A partir da crise capitalista, o capital se reveste de “capital social”, baseado na teoria do capital humano, conferindo à educação o poder de transformação e ascensão social dos indivíduos. Desta forma, o tempo livre do trabalhador volta-se à necessidade de adquirir qualificação e empregabilidade.

Essa centralidade da educação, das políticas sociais de transferências monetárias e das políticas de trabalho, emprego e geração de renda, acirram a busca por conhecimentos ao mesmo tempo em que, no caso da educação a mercantiliza. Porém o conhecimento que os trabalhadores são estimulados a buscar é aquele pertinente ao desenvolvimento de suas atividades laborais cotidianas, distanciando-os de uma educação que possibilite uma apreensão crítica da realidade em que estão inseridos. Lessa (2011, p. 287), afirma que “a formação é transformada em instrumento para prover produtividade e fica resumida ao viés economicista, fragilizando suas possibilidades de crítica da realidade”.

Isto se deve à desigualdade presente também na estrutura do ensino, a qual oferece formação privilegiada à elite, e formação focada na produção, à massa trabalhadora, ou seja, um processo educacional restrito ao suporte mínimo para acesso ao mercado de trabalho.

Em nível nacional, a qualificação dos trabalhadores é viabilizada pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Organizações não governamentais (ONG's) e o sistema “S” (SESI, SENAI, SENAC, SESC, SENAR) também oferecem cursos, que nas palavras de Lessa (2011, p.288) “[...] objetivam preparar (e naturalizar) o trabalho informal, oferecendo fundamentos para o trabalhador ‘empreender’, ou seja, para organizar um pequeno negócio, em geral, relacionado ao comércio ambulante”.

De fato a baixa escolaridade e a ausência de qualificação retira do trabalhador a perspectiva de inserção formal no mercado de trabalho, ficando este à margem do processo produtivo, como podemos constatar nas palavras de Leone (2010, p.8),

[...] a maior parte não se insere no mercado informal por escolha, mas por necessidade e pelo acesso mais fácil vis-à-vis o mercado formal, em especial no caso dos trabalhadores desprovidos de escolaridade ou qualificação.

Ademais, quando falamos em participação dos trabalhadores nos lucros da empresa, que tem como exemplo o Programa de Participação nos Lucros e Resultados⁵, nos deparamos com uma falácia maior ainda, pois como pondera Antunes (ANTUNES, 2002, p.39),

[...] os benefícios aparentemente obtidos pelos trabalhadores no processo de trabalho são largamente compensados pelo capital, uma vez que a necessidade de pensar, agir e propor dos trabalhadores deve levar sempre em conta prioritariamente os objetivos intrínsecos da empresa, que aparecem muitas vezes mascarados pela necessidade de atender aos desejos do mercado consumidor.

Apesar das políticas públicas existentes, o que se verifica é uma política paliativa que vem cumprir protocolos de governo, mas que não apresenta resultados efetivos para a classe trabalhadora.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), referente ao mês de junho de 2013, foram gerados no Brasil 123.836 empregos celetistas com carteira assinada. O primeiro semestre de 2013 teve expansão de 2,09%, representando a criação de 826.168 postos de trabalho.

Porém, esse discurso de crescimento deve ser questionado, quando verificamos que

[...] o mundo vive aos solavancos de uma enorme crise inicialmente financeira que se converteu em econômica e atingiu a dimensão social expressa pelo desemprego, pela redução de salários, pela perda de garantias sociais e pelo crescimento da instabilidade (DAL ROSSO, 2011, p.8).

Ainda é preciso verificar se os “novos” postos de trabalho não são apenas a formalização de postos já existentes e, ainda, se paralelamente às contratações não há demissões na mesma proporção. Ademais, a taxa de expansão do emprego precisa acompanhar o crescimento da população em busca de emprego.

Para Leone (2010, p.7),

[...] o processo de desenvolvimento da economia brasileira não tem sido capaz de gerar trabalhos de “qualidade” para parcela significativa dos trabalhadores, assim como não tem conseguido propiciar uma redução

⁵ Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

expressiva da informalidade, que ainda hoje continua em patamar elevado, apesar dos recentes resultados positivos.

Tal realidade se apresenta como reflexo de um sistema exploratório e desigual e de políticas públicas de emprego pontuais e fragmentadas, de cunho neoliberal, que visam escamotear a responsabilidade estatal, atribuindo cada vez mais a condição de acesso ao emprego formal, à responsabilidade individual e conferindo “um viés meritocrático na oferta da política social, que resulta muitas vezes em práticas de julgamento moral por parte dos agentes do Estado (TUMELERO e NOGUEIRA, 2013, p.7)”.

Segundo Alencar (2010, p.120), esse cenário de esvaziamento do Estado,

[...] tem como base um arcabouço ideológico, calcado nos valores do individualismo, da competitividade, do mercado como instância principal da vida social e que transfere da esfera econômica e política para a esfera privada a responsabilidade pela inserção produtiva, dissemina a ideia de que o trabalhador é responsável pela sua inserção produtiva; acarreta a reprivatização e a despolitização de uma das dimensões mais significativas dessa ordem social, o trabalho assalariado, sendo este retirado do campo dos direitos sociais e cidadania para ser remetido às condições de cada um no mercado; oblitera o reconhecimento do direito ao trabalho como de responsabilidade da sociedade e, por consequência, do Estado.

Ainda que as transformações societárias tenham forçado a ampliação das políticas públicas de inclusão social, no caso das políticas de emprego e renda, Serra (2009, p. 249), salienta que

[...] a verdadeira inclusão social não deve ser encarada como algo decorrente dessas ações, mas sim, como algo que ocorre quando os contingentes dos chamados excluídos, através da participação em ações coletivas, recuperam sua dignidade e conseguem além de emprego e renda, acesso à moradia decente, a equipamentos e atividades culturais e serviços públicos, como educação, saúde, habitação e transporte. Estas necessidades, no entanto, não são proporcionadas por políticas públicas universais, mas vêm, cada vez mais, adquirindo uma conotação assistencial focalizada, e não de direitos garantidos constitucionalmente.

Desta forma, as políticas de emprego, quando de caráter pontuais e desvinculadas das políticas de desenvolvimento econômico não podem apresentar resultados efetivos na proposição de trabalho decente e inclusão social. Pois como salienta Alencar (2010, p.118), “[...] estão desvinculadas de um projeto de desenvolvimento econômico nacional, atuam particularmente sobre o mercado de trabalho e focando a sua intervenção sobre determinados segmentos sociais”.

Verificamos que, apesar dos variados programas de governo para tentar amenizar a questão do trabalho e renda, estes focam apenas o desemprego, assumindo um caráter imediatista. Não se estruturam ações efetivas e de caráter continuado com vistas à promoção do emprego formal, regulamentado, protegido. Daí o seu caráter focalizado.

Vale ressaltar que as políticas sociais dirigidas aos trabalhadores, também são utilizadas em grande medida para o estímulo ao consumo. Exemplo disso é o Programa Minha Casa Minha Vida forçando os trabalhadores a aceitarem um produto de baixa qualidade, por ser um bem subsidiado pelo governo - o que no fim das contas custa muito ao bolso do trabalhador e que favorece as grandes empresas monopolistas do ramo da construção civil. Outro elemento de ativação do consumo são os subsídios a eletrodomésticos, viabilizados pela criação de cartões, como por exemplo o famoso cartão "Minha Casa Melhor", e ainda pela redução dos impostos sobre produtos industrializados (IPI).

Ademais, percebemos estes Programas de Qualificação, como o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) e o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), viabilizados no âmbito do Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego, respectivamente, como algo distante da realidade de seu público-alvo. Os trabalhadores para os quais os cursos se destinam, muitas vezes desconhecem critérios e possibilidades de seu acesso, sendo visto como algo distante de sua realidade, isso quando sabem de sua existência.

O desafio que se coloca é superar, então, o caráter imediatista, que visa apenas reparar os danos aparentes dos processos de trabalho, focados no desemprego, sem alterar sua estrutura e sem efeitos reais para os trabalhadores, dado a sua desvinculação de um projeto macroeconômico.

É neste contexto que o empreendedorismo ganha evidência, se destacando os aprendizados relativos ao cooperativismo, economia solidária e empreendedorismo, estruturado com base no ocultamento da exploração do trabalho, porém apresentado a partir de um discurso de uma suposta autonomia.

O empreendedorismo e a falácia da autonomia

Diante dos processos em curso na sociedade capitalista, que impõem ao mundo do trabalho novas configurações na tentativa de se adaptar às condições precarizadas de trabalho que se apresentam, surgem “alternativas” como o empreendedorismo, ou economia solidária. Essa nova forma de trabalho foi definida por Vasapollo (2005, *apud* Antunes 2006, p.47) como “[...] trabalho ‘autônomo’ de última geração, que mascara a dura realidade da redução do ciclo produtivo. Na verdade, trata-se de uma nova marginalização social e não de um novo empresariado”.

As primeiras iniciativas emergiram no decorrer dos anos 1990, quando ganha expressão diante da heterogeneidade das formas de trabalho, até que passe a se apresentar como alternativa ao desemprego e à informalidade, revestida pelo capital sob valores morais como autonomia, independência e espontaneidade, conferindo ao portador destas virtudes o *status* de “bom empreendedor”.

Ora, é inegável que o capital se apropria do termo “cooperativas” para denominar espaços que na verdade servem para desconstruir direitos historicamente conquistados. Todavia não podemos desprezar iniciativas que, num contexto particular, obtiveram êxito, pois como afirma Antunes (2006, p.47)

[...] em contrapartida, dadas as mutações que estamos analisando, os capitais vêm, em escala global, criando cooperativas falsas, como forma de precarizar ainda mais os direitos do trabalho, visando até mesmo sua redução e destruição. Sabemos que as cooperativas originais, criadas autonomamente pelos trabalhadores, têm um sentido muito menos despótico e mais autônomo, em oposição ao despotismo fabril e ao planejamento gerencial, sendo por isso um real instrumento de minimização de barbárie, do desemprego estrutural, consistindo também num efetivo embrião de exercício autônomo do trabalho.

Considerando o histórico da função empreendedora como alavanca do sistema capitalista, que hoje reaparece mascarado pelos princípios da autonomia e liberdade, elementos essenciais na expansão capitalista, estes “esvaziam e despolitizam os conflitos sociais sob o pressuposto de que acabou a luta de classes, dado que agora todos são empresários e estão no mesmo patamar de igualdade (ALENCAR, 2010, p. 126)”.

Assim se evidencia a erosão do trabalho regulamentado, que se potencializa com a fragilidade do trabalhador em identificar que

[...] apesar da validade tática de se pensar a coletivização de experiências de trabalhadores não assalariados, de modo a tentar ampliar o poder de barganha na estrutura econômica mercantilista, não se elimina o antagonismo, o conflito de classe transformando trabalhador em empreendedor coletivo, porque há a ilusão da propriedade (BARBOSA, 2007, p.82).

Ainda assim, o discurso da autonomia encontra suas limitações teóricas quando esbarra na impossibilidade da sua desvinculação do mercado capitalista. Portanto, a autonomia do trabalhador torna-se falaciosa, enquanto a real liberdade é dada ao capital, que pode elevar ao máximo a exploração.

Esses elementos são percebidos no discurso das políticas públicas existentes, neste caso, vamos citar a Secretaria Nacional de Economia Solidária,

[...] o aumento da informalidade e a precarização das relações formais de trabalho afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego em massa. De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de trabalho, consequência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda (BRASIL, 2013, s/p).

Percebe-se neste trecho uma tentativa de atribuir ao trabalhador a responsabilidade por seu (des)emprego, e ainda, lhe atribuir a demanda por esta nova organização do trabalho, como se esta fosse a melhor (ou a única) alternativa à precarização existente. A precarização não pode ser alternativa ao desemprego.

Considerando este quadro de flexibilidade do mercado de trabalho, recorreremos à Harvey (2010, p.179), que argumenta que

se, afinal, os trabalhadores estiverem convencidos de que os capitalistas podem incorporar práticas de trabalho mais flexíveis mesmo quando eles não o podem, a disposição de luta dos trabalhadores por certo será enfraquecida.

De fato, o discurso oficial e a política governamental conferiram às pequenas unidades produtivas o papel de redução da pobreza e descentralização produtiva. Esse discurso cinicamente se baseia na “garantia” de direitos e “cidadania” de seu público-alvo, porém, paradoxalmente, distante do chamado trabalho decente. É uma tentativa de fazer com que o trabalhador não se sinta excluído do processo de trabalho, capaz de realizar atividades dotadas de sentido e utilidade social.

Fica nítida a tentativa de delegar a responsabilidade do Estado para o indivíduo, em uma política que propagandeia que “na economia solidária encontramos milhares de trabalhadores e trabalhadoras organizados de forma coletiva gerindo seu próprio trabalho e lutando pela sua emancipação (BRASIL, 2013, s/p)”.

Antunes (2005, p.80) considera que essa atividade,

[...] quando é concebida como um momento efetivo de transformação social, converte-se, em nosso entendimento, em uma nova forma de mistificação, que imagina ser capaz de alterar o sistema de capital em sua lógica, processo este que, sabemos, é muito mais complexo.

Sendo assim consideramos que tal estímulo às iniciativas empreendedoras e a exaltação do princípio da solidariedade constituem manobras do capital diante da crise,

[...] uma vez que ela expressa a perda da capacidade de acumulação e torna-se imperioso para o sistema capitalista encontrar mecanismos que possam aumentar a produção de valores. O trabalho é o gerador de valor. Reorganizá-lo no sentido de aumentar a produtividade resulta num desses mecanismos de elevação da extração da mais valia e, portanto, numa perspectiva de saída da crise (DAL ROSSO, 2011, p.8)

Apesar de iniciativas isoladas que tem obtido êxito na economia solidária, com base em processos de autogestão, sem exploração entre si, não se pode desvincular esses grupos de um sistema explorador e que contribui para o retrocesso dos direitos da classe trabalhadora.

Considera-se assim que iniciativas desta natureza são funcionais ao sistema, que se mostra incapaz de absorver a mão de obra desempregada, e que descartam os trabalhadores em idade avançada, bem como aqueles destituídos de experiência.

Sendo assim, para aquilo que o capital denomina de “espírito empreendedor”, seria mais correto chamar de “luta dos trabalhadores”, excluídos dos processos produtivos, marginalizados e relegados a gerir seu próprio trabalho, distanciando-se cada vez mais da legislação trabalhista dirigida à regulação das relações de trabalho.

Considerações Finais

Apesar dos dados oficiais divulgados periodicamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego, demonstrando aumento do emprego formal e do discurso governamental que enfatiza as ações de intervenção sobre o desemprego, verificamos na literatura que o quadro de dominação do capital sob o processo produtivo tem se intensificado com as mutações em curso no mundo do trabalho. Estas mudanças tem ocorrido com o aval do Estado, através da reestruturação produtiva e flexibilização das relações trabalhistas, a qual desencadeou no aumento sobremaneira da informalidade, terceirizações, trabalhos temporários, desregulamentados e desprotegidos. Esta situação é verificada intensamente nos períodos de entressafra, ou de baixa temporada, quando a informalidade se acentua, por outro lado, em períodos de veraneio, ou alta temporada, predominam os temporários, sendo estes trabalhadores descartados após este período.

Iniciativas como o empreendedorismo têm sido ressaltadas como virtuosas, juntamente com princípios como a solidariedade, cooperação e a autonomia. É com base nestes valores que se fundamenta o discurso proclamado pelo Estado, sob a égide do capital, de responsabilização dos indivíduos pelo seu próprio emprego, cabendo ao trabalhador o sucesso ou fracasso na sua autogestão de empregabilidade.

Esses são alguns dos determinantes através dos quais se desenvolve a erosão gradativa do trabalho contratado e regulamentado. Cada vez mais a classe trabalhadora busca alternativas de sobrevivência diante da ofensiva do capital ao sistema de proteção social, instaurado a partir da luta operária que se iniciou através das cooperativas. No entanto, estas foram desvirtuadas pelo capital e hoje adquirem papel importante na depauperação das condições/relações de trabalho. O capital usurpou a essência original das cooperativas e hoje as utiliza como instrumental no desmonte dos direitos sociais, os quais os grandes capitalistas querem transformar em objeto de negociação entre empregador e empregado.

Para os que estão à margem do processo produtivo, porém anseiam pelo trabalho formal, podem recorrer aos programas de qualificação. Porém estes são executados apenas pelo viés economicista, comprometidos com a busca pela empregabilidade, sem oferecer um aprendizado dotado de senso crítico ou mesmo

de conhecimentos instrumentais de maior complexidade. Trata-se de qualificação precária para uma inserção precária no mercado de trabalho.

O mesmo trato tem as políticas públicas de emprego e renda, que ao focar no desemprego, atuam de forma paliativa e focalizada, priorizando segmentos sociais, indo na contramão da universalidade. Ademais, o seu caráter descontinuado faz com que não apresente mudanças reais para a classe trabalhadora, e isso se deve principalmente à desvinculação de um projeto macroeconômico que tenha o desenvolvimento social como horizonte, fazendo frente à financeirização instituída e eleita como parâmetro e direção das políticas econômicas do governo brasileiro.

Ciente da fragilidade intencional das políticas públicas em garantir o direito ao trabalho a todos os cidadãos, os capitais estimulam novas formas de organização, como o empreendedorismo, que, salvo raras exceções, tem se mostrado funcional a este sistema explorador. Isto porque permite flexibilizações de salário, de jornada de trabalho e organizacional, isso tudo baseado no discurso da autonomia e independência do sujeito, o que constitui uma grande falácia. O incentivo ao auto-emprego visa transferir a responsabilidade estatal para o trabalhador, incentivá-lo a se inserir como um terceiro em diferentes cadeias produtivas, assumindo riscos do processo produtivo que as grandes indústrias já não mais assumem, fica o trabalhador relegado ao “espírito empreendedor” como a “melhor” saída para garantir sua sobrevivência.

Sendo assim, consideramos de fundamental importância fomentar o debate acerca das mudanças em curso no mundo do trabalho e suas nuances, a fim de desvendar as reais intenções do capital e evitar a naturalização destas formas degradadas de trabalho que se apresentam e que conduzem o trabalhador à alienação e ao estranhamento, exatamente na direção contrária ao processo emancipador.

Fortalecer a classe trabalhadora para que esta prossiga na resistência perante a ofensiva do capital deve ser o fio condutor da atuação dos assistentes sociais.

REFERENCIAS

ALENCAR, Monica Maria Torres. As políticas públicas de emprego e renda no Brasil: do “nacional-desenvolvimentismo” ao “nacional-empreendedorismo”. In: BEHRING, E. M. e ALMEIDA, M. H. T.

(orgs.). *Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas*. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010. (117-137).

ANTUNES, Ricardo. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. *Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

_____. A nova morfologia do trabalho no Brasil: Reestruturação e precariedade. *Revista Nueva Sociedad* (especial em português). N. 232. P. 44-59. 2012. Disponível em: <www.nuso.org>.

_____. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005. Disponível em:
<<http://livrandante.blogspot.com.br/2011/03/ricardo-antunes-o-caracol-e-sua-concha.html>>

_____. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). *Caderno CRH*. Salvador, n.37, p.23-45. Jul-Dez 2002. Disponível em:
<<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=128>>

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Trabalho e economia solidária: crítica ao empreendedorismo como possibilidade histórica. In: FRANCISCO, Elaine M. V. e ALMEIDA, Carla C. L. de. (orgs.). *Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas*. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010. (p.79-98)

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2013. Acesso em: 15 nov. 2013.

_____. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm.

_____. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm.

_____. Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a Participação dos Trabalhadores nos Lucros ou Resultados da Empresa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10101.htm.

CARLEIAL, Liana; MALAGUTI, Manoel Luiz. Informalidade e Precarização no Mercado de Trabalho Brasileiro. In: MANFROI, Vania Maria; MENDONÇA, Luiz Jorge V. P. de. (orgs.). *Política Social, Trabalho e Subjetividade*. Vitória: EDUFES, 2008.

CIAVATTA, Maria. Dilemas do cidadão produtivo no trabalho e na educação. In: BEHRING, E. M. e ALMEIDA, M. H. T. (orgs.). *Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas*. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010. (p.77-94).

DAL ROSSO, Sadi (org.). *Trabalho na Capital*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. Disponível em:
<<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012FEAA3403E09B2/TrabalhonaCapital.pdf>>

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

LEONE, Eugenia Trancoso. O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal. Brasília: OIT, 2010. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.3). Disponível em: < <http://www.oitbrasil.org.br/node/247>>

LESSA, Simone Eliza do Carmo. A formação via PNQ e inserção produtiva dos CRAS: a reposição empobrecida e emergencial da qualificação de trabalhadores. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 106, p. 284-313, abr./jun. 2011. Disponível em <www.scielo.br>

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Síntese do Comportamento do Mercado de Trabalho Formal, CAGED. 2013. Disponível em:
<<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3F9B2012013FF8C7709E4A9B/BRASIL%20junho%2013.pdf>>

OIT. Perfil do Trabalho Decente no Brasil. Brasília e Genebra: OIT, 2009. Disponível em:
<http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---integration/documents/publication/wcm_041773.pdf>

POCHMANN, Marcio. Rumos da política de trabalho no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

SERRA, Rose. A Política Pública de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil: estrutura e questões. *Revista Políticas Públicas São Luis*. V.13. n. 2, p. 245-254. 2009. Disponível em:
<http://www.revistapoliticaspublicas.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=211>

TAVARES, Maria Augusta. Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TUMELERO, Silvana Marta; NOGUEIRA, Vera M. R. *Proteção social nas políticas públicas contemporâneas* – concepções e determinações. Trabalho apresentado no 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), São Paulo, 2013.

TUMOLO, Paulo Sergio. Metamorfoses no mundo do trabalho: revisão de algumas linhas de análise. *Revista Educação & Sociedade*, ano XVIII, nº 59, agosto/97, p. 331-348. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/es/v18n59/18n59a05.pdf>>.